

**NEM COMUNISTA,  
NEM FASCISTA**

Amostrã

Amostragem

DIOGO SCHELP

NEM COMUNISTA  
NEM FASCISTA

*Guia de resistência para moderados*

70

## Nem comunista, nem fascista

Copyright © 2025 STARLIN ALTA EDITORA E CONSULTORIA LTDA.

Edições 70 é um selo da editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books.

Copyright © 2025 Diogo Schelp

ISBN: 978-65-5427-381-7

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2025 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S315n

1. ed. Schelp, Diogo

Nem comunisca, nem fascista : guia de resistência para moderados / Diogo Schelp. – 1. ed. Rio de Janeiro : Edições 70, 2025.

192 p.; 16 x 23 cm

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5427-381-7

1. Democracia – Brasil. 2. Política – Brasil – Século XXI.

3. Polarização política – Brasil. 4. Extremismo político.

I. Título.

CDD 320.981

### Índice para catálogo sistemático :

1. Democracia – Brasil 320.981

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

**Marcas Registradas:** Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

**Material de apoio e erratas:** Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site [www.altabooks.com.br](http://www.altabooks.com.br) e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

**Suporte Técnico:** A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

**Produção Editorial:** Grupo Editorial Alta Books

**Diretor Editorial:** Anderson Vieira

**Editor da Obra:** Rodrigo Mentz

**Vendas Governamentais:** Cristiane Mutús

**Produtor Editorial:**

Fonte Editorial



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré  
CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)  
Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

[www.altabooks.com.br](http://www.altabooks.com.br) – [altabooks@altabooks.com.br](mailto:altabooks@altabooks.com.br)

Ouvidoria: [ouvidoria@altabooks.com.br](mailto:ouvidoria@altabooks.com.br)



Amostra

*Para Thati, com amor, sem moderação.*

Amostragem

## Sumário

Introdução	1
Os primórdios filosóficos	19
Entre totalitarismos	59
“Underdogs” vitoriosos	83
O império brasileiro da moderação	97
Revoluções por minuto	117
Posições firmes... e moderadas	127
Como debater com radicais	141
Conclusão	167
Agradecimentos	173
Referências bibliográficas	175

Amostragem



## Introdução

“O QUE VIVEMOS NESTE início do século XXI não é um choque de civilizações (...). É um choque entre os fanáticos e o resto de nós. E há fanáticos de todos os tipos e inclinações políticas e religiosas”, disse o escritor israelense Amós Oz em 2016<sup>1</sup>. Ele falava no contexto da ascensão do grupo terrorista Estado Islâmico e das tensões entre o Ocidente e o mundo árabe, mas a sua observação serve como uma definição abrangente do espírito do nosso tempo. A frase é interessante porque subverte a noção de que em um mundo de extremismos não há lugar para o bom senso e para a moderação, apenas para polos que se excluem mutuamente. Pois é exatamente isso que os radicais querem: eliminar o espaço que existe entre eles e o inimigo, o espaço para a dúvida, a ponderação e a avaliação racional de ideias. Oz colocou a questão sob outra perspectiva: a disputa que importa não é aquela que ocorre entre extremistas de campos opostos, mas entre esses e os moderados. A defesa de valores como a democracia, a liberdade e o pluralismo dependem da resistência dos moderados aos fanatismos da atualidade.

---

1. Freitas, 2016.

Não é tarefa fácil. Para entender como pessoas moderadas, equilibradas e racionais são recebidas em discussões políticas, é possível fazer a seguinte experiência. Em uma rede social qualquer, encontre uma postagem que esteja motivando comentários acalorados para um lado e para o outro dos extremos políticos. Escreva ali uma opinião ponderada sobre o assunto em debate, colocando na balança aspectos positivos e negativos ou demonstrando que ambos os polos estão igualmente errados e se assemelham naquele tema. A reação virá de duas formas. Ou o comentário ponderado será ignorado ou será atacado violentamente pelos dois lados com expressões como “sai de cima do muro”, “isentão” e “direitopata/esquerdopata disfarçado”. É bastante provável que os militantes de um dos extremos políticos interpretem seu comentário como um elogio ao campo adversário e vice-versa. O fanatismo de fato produz esse efeito de entender posturas moderadas como uma expressão amenizada ou civilizada de uma opinião 100% contrária, ou seja, de empurrar qualquer convicção minimamente divergente para a borda oposta do espectro político. A lógica da polarização extremada não aceita nuances, complexidades e meios-termos. Por isso não é incomum que uma mesma opinião moderada seja tachada de “comunista” por uns e de “fascista” por outros, ainda que a maioria das pessoas que usam esses conceitos como ofensa não saibam o que eles de fato significam.

Os comunistas almejam alcançar o que acreditam ser o estágio final da história em que as classes sociais e o próprio Estado são extintos, dando lugar a uma sociedade perfeita, igualitária e autorregulada. O caminho para chegar lá passa por uma revolução para transferir as propriedades privadas para o Estado e abolir o capitalismo, dando lugar, temporariamente, a uma ditadura do proletariado. Ainda há

quem acredite nesse tipo de utopia nos dias de hoje — e que insista em minimizar ou negar as crueldades cometidas em nome dessa ideologia —, mas sua representação política é insignificante em todos os países democráticos. A maioria das pessoas que se identificam como sendo de esquerda estão longe de serem comunistas, e chamá-las assim só pode ser entendido como piada.

O termo “fascismo”, por sua vez, pode ser interpretado de duas formas. O primeiro é por seu significado histórico. O segundo é por seu uso político. Do ponto de vista histórico, o fascismo foi um fenômeno político que nasceu em 1919, entregue ao mundo pelo ex-socialista italiano Benito Mussolini, e morreu em 1945, com a queda da Alemanha nazista. O fascismo existiu ao longo de um período de 26 anos, portanto. Já em 1946 o escritor britânico George Orwell, um antifascista de respeito, concluiu que o termo havia perdido qualquer significado, a não ser como “algo não desejado”. O fascismo estava morto e a história não seria capaz de ressuscitá-lo. Qualquer fenômeno político contendo alguns de seus traços que viesse a surgir teria que receber um novo nome. Isso inclui os neofascistas e os neonazistas, que mimetizam os símbolos e a estética do fascismo histórico e carregam consigo elementos centrais de sua ideologia, como o antiliberalismo, o autoritarismo, o nacionalismo extremo, a ideia de superioridade racial e o paramilitarismo.

Com muita facilidade, qualquer pessoa hoje com opiniões conservadoras ou mesmo que defenda o liberalismo econômico corre o risco de ser chamada de fascista nas redes sociais, o que é incorreto e injusto. Acima de tudo, porque é uma afirmação que traz implícita acusações de racismo e autoritarismo. Mas também porque o fascismo tinha outras características, como o sentimento anticlerical (contra as

igrejas) e a defesa de um Estado forte, que nada têm a ver com o conservadorismo ou a defesa do capitalismo da atualidade.

Esse é o uso político do termo “fascismo”, ou seja, como um insulto usado para desqualificar adversários. A instrumentalização política da palavra começou cedo, quando o movimento ao qual ela dava nome ainda estava no auge. No VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, celebrado em Moscou, em 1935, o fascismo foi denunciado como a expressão ditatorial e “terrorista” do capital financeiro. A partir de então, a ideia de que fascismo e capitalismo estão interligados (ou que o capitalismo sempre procura esconder sua faceta fascista) enfronhou-se inexoravelmente no discurso de esquerda.

Na atualidade, “fascismo” é uma expressão de domínio da esquerda, ainda que muitos setores da direita também tentem instrumentalizá-lo ao dizer que o “comunismo”, sim, é que era fascista. Trata-se, em ambos os casos, de apropriações indevidas dos termos, frequentemente usadas para atacar aqueles que não se situam em nenhum dos extremos políticos e insistem em manifestar suas opiniões moderadas.<sup>2</sup>

Não é de hoje que os moderados causam incômodo nas mentes mais dogmáticas. Essa é uma constante ao longo de toda a História Contemporânea. O filósofo e sociólogo francês Raymond Aron (1905–1983), referência do pensamento liberal, observou que, por conta do pendor para a análise que o levava a criticar todo mundo na política, até aqueles com quem em geral concordava, curiosamente ele acabava sendo considerado irritante ou até ofensivo, “mesmo escrevendo em termos moderados”.<sup>3</sup> De maneira superficial, isso poderia ser explicado pela constatação de

---

2. Schelp, 2020 (9 fev.).

3. Crăiuțu, 2017.

que “por natureza o ser humano tem *mania de estar com a razão*”, como escreveu o filósofo alemão Arthur Schopenhauer (1788-1860).<sup>4</sup> Mas o desconforto causado pelos moderados vai muito além de uma questão de vaidade de pensamento. Eles representam um obstáculo para a consolidação de dogmas, pois são avessos a certezas absolutas e não podem ser facilmente enquadrados no campo ideológico diametralmente oposto. Em uma sociedade polarizada, os extremos não existem sozinhos, sem o seu antagonista. São como espelhos côncavos que refletem a imagem invertida um do outro. Qualquer coisa que fique no meio apenas atrapalha esse jogo.

Muito se falou, desde meados da década de 2010, a respeito do fenômeno da polarização política extrema no Brasil e em outros países. Aliás, falou-se tanto no assunto que muita gente pegou birra da expressão, que vinha sendo usada para explicar todo tipo de desavença política ou de polêmica na internet. Dois candidatos a prefeito debatem acaloradamente na TV? Polarização. Alguém reclama, legitimamente, da atitude de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)? Polarização. As pessoas estão discutindo *online* se, na ceia de Natal, o arroz deve ser com ou sem uvas-passas? Polarização.

À parte essa banalização do termo, que acaba por esvaziar seu significado junto ao público em geral, a polarização política extrema é uma realidade e está relacionada à ascensão de líderes e movimentos populistas no Brasil e no exterior. Polarização política não é o tema central deste livro, mas é preciso fazer uma breve ponderação sobre esse fenômeno para que possamos nos aprofundar em seguida na sua antítese, a moderação.

---

4. Schopenhauer, 2024.

Alguns cientistas políticos dividem a polarização política em dois tipos, a ideológica (ou partidária) e a afetiva (ou tribal). A polarização ideológica é a clássica divisão entre esquerda e direita ou entre apoiadores de partidos antagônicos coesos. Esse tipo é esperado em democracias maduras, pois costuma refletir a consolidação de partidos com programas bem definidos e a existência de um debate avançado de ideias e projetos. Na polarização ideológica, as discussões são programáticas. A polarização afetiva, por sua vez, combina a adesão forte a uma identidade política com a intensa aversão a qualquer um que se encontre no espectro oposto e é visto como inimigo. Nesse tipo, há uma tendência a deslegitimar e atacar os adversários ou os líderes do grupo contrário. Discussões sobre programas ou temas de políticas públicas são secundárias. Valem mais a sensação de pertencimento ao grupo e a lealdade ao seu líder. Na polarização afetiva, as discussões são identitárias.

O Reino Unido é um exemplo bem acabado de país que transitou de uma polarização partidária para um cenário de polarização afetiva. A política britânica era historicamente marcada pela identificação ideológica dos eleitores, em especial em torno dos partidos Conservador e Trabalhista, os dois mais fortes das últimas décadas. Desde a campanha para o referendo sobre a permanência ou saída do país da União Europeia (Brexit), em 2016, contudo, a identificação com partidos entrou em declínio e a população passou a se dividir mais claramente entre quem foi favorável à saída (os “*leavers*”, vencedores da votação) e quem foi contra (os “*remainers*”). Essa nova polarização caracteriza-se por um forte componente emocional, de pertencimento de grupo, e por uma intensa animosidade em relação ao lado contrário. E, surpreendentemente para muitos pesquisadores, essa divisão não se dissolveu depois do referendo ou após a conclusão

do acordo que selou o divórcio, anos depois, entre Reino Unido e União Europeia. Ocorreu o oposto: a identificação dos eleitores como “*leavers*” ou “*remainers*” aumentou com o tempo e passou a influenciar percepções sobre economia, imigração e eleições.<sup>5</sup> De uma pergunta em um referendo com implicações profundas para o país, o Brexit cristalizou-se como o cerne de uma polarização afetiva, em substituição a uma polarização ideológica de longa tradição.

É preciso reconhecer que a expressão “afetiva” confunde um pouco o significado desse tipo de polarização, pois “afeto” tem uma conotação positiva. O que o conceito expressa é que se trata de uma polarização em que a emoção se sobrepõe à razão. Classificá-la como “tribal” (termo, aliás, que foi muito usado no Reino Unido para descrever a divisão criada pelo Brexit) talvez passe melhor a ideia de identificação com um grupo coeso que vê quem está de fora, “o outro” ou “os outros”, como ameaça. Foi o que motivou Thomas Mair, um militante pela saída do bloco, a matar a facadas a parlamentar trabalhista Jo Cox, defensora da permanência do país na União Europeia, em meio à campanha do referendo, aos gritos de “*Britain first!*” (“Grã-Bretanha primeiro”). Mair foi condenado à prisão perpétua pelo crime.<sup>6</sup>

O atentado contra Jo Cox não é um caso isolado. Um estudo realizado pelo cientista político James Piazza, da Universidade Estadual da Pensilvânia, nos Estados Unidos, demonstrou existir uma relação entre polarização afetiva e violência política. Piazza baseou-se em entrevistas com 1.800 cidadãos americanos e na análise de 85 países democráticos para concluir que indivíduos com alto grau de adesão a um dos extremos políticos são mais propensos a apoiar agressões

---

5. The Police Institute, 2019, e Tilley e Hobolt, 2023.

6. BBC, 2016.

contra adversários e que o nível de violência política tende a ser maior em nações com um contexto de polarização elevado. Isso ocorre, segundo Piazza, por três fatores. O primeiro é a demonização e a desumanização dos integrantes do grupo político oposto, geralmente atribuindo-se a eles características caricaturais de imoralidade, de maldade ou de ameaça à sociedade. A desumanização dos adversários acaba por legitimar o uso da violência, pois quem representa o mal (ou é desprovido de atributos humanos) pode ser combatido por qualquer meio. O segundo fator é o sentimento de superioridade moral, o que justifica a intolerância contra argumentos ou visões de mundo divergentes e cria um contexto em que a política é vista como uma atividade ganha-perde, ou seja, em que só há vitoriosos ou derrotados, sem um meio-termo ou a possibilidade de que todos possam se beneficiar com a busca do consenso. O terceiro fator é a facilidade que os líderes dos extremos políticos têm para mobilizar seus apoiadores. Isso é decorrência do comportamento de tribo na polarização afetiva, ou seja, a tendência de recorrer à antipatia ou ao temor em relação aos adversários como forma de reforçar a afinidade e a lealdade ao próprio grupo. A facilidade de mobilização coletiva ao chamado de um líder legítima e cria condições propícias para atos de violência.<sup>7</sup>

Os três fatores acima estavam presentes nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil, disputadas, no segundo turno, por dois candidatos que se demonizavam mutuamente. O incumbente Jair Bolsonaro, que havia sobrevivido a um atentado contra sua vida em 2018, descrevia a disputa como uma “guerra” do bem contra o mal, de quem é a favor da vida *versus* quem é contra a vida, e afirmava estar em

---

7. Piazza, 2023.



uma missão, até a morte se preciso, para livrar o Brasil da “ameaça comunista”. Luiz Inácio Lula da Silva, seu adversário, chamava Bolsonaro de “demônio” e seus apoiadores de “fascistas”. Quando se acredita estar lutando contra o mal absoluto, tudo é permissível. As consequências disso foram os diversos episódios de violência política nas eleições — alguns deles com vítimas fatais — e a radicalização, nas ruas, dos apoiadores de Bolsonaro, o candidato derrotado, culminando nos atos de vandalismo de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, que tinham como objetivo forçar a decretação de uma GLO (Garantia de Lei e Ordem) e incitar as Forças Armadas a depor Lula, o presidente recém-empossado. Posteriormente, investigações da Polícia Federal levaram às acusações de que militares e integrantes do governo Bolsonaro, inclusive o próprio, conspiraram para dar um golpe de Estado e permanecer no poder. Eles foram condenados em setembro de 2025.

Tudo isso é muito familiar para os brasileiros que viveram o clima de intolerância política não apenas por meio dos noticiários, mas em sua vida cotidiana. Aquela realidade tóxica, contudo, não era exclusividade do Brasil. Outros países sul-americanos, para ficar apenas no nosso entorno regional, também enfrentavam algo parecido. Em 1º de setembro de 2022, ocorreu um atentado contra a então vice-presidente Cristina Kirchner, a primeira tentativa de magnicídio na Argentina desde a transição democrática, na década de 1980. Naqueles anos, o presidente Raúl Alfonsín (1983–1989) sofreu dois ataques frustrados contra sua vida, um durante o exercício do cargo e o outro depois, em campanha eleitoral. Em 1986, foi alvo de uma bomba encontrada e desarmada pela segurança presidencial. Em 1991, durante um comício, escapou com vida do disparo de um revólver que falhou.

Em comum entre o episódio contra Alfonsín e a tentativa de assassinato de Cristina, além do golpe de sorte que fez as armas falharem, havia o clima de polarização que permeava a política nacional. Os anos de Alfonsín foram marcados pela conturbada transição para a democracia e pelo julgamento da Junta Militar que governou o país no período anterior. Já a Argentina dos anos 2020 se caracterizava pelo ferrenho antagonismo entre kirchneristas e antikirchneristas. Um cenário semelhante ao que levou a planos para matar candidatos presidenciais na Colômbia, à facada em Jair Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2018 e às tentativas frustradas de explodir bombas em Brasília em dezembro de 2022 e em novembro de 2024, em atentados cometidos por militantes bolsonaristas. Alguns desses episódios de violência política, tanto no Brasil como nos países vizinhos, foram protagonizados por pessoas mentalmente perturbadas, que em alguns casos se mostram mais vulneráveis a se deixar contaminar pelos discursos de ódio e pela incitação à violência de certos líderes políticos, legitimados pela demonização de adversários e pelo sentimento de superioridade moral.<sup>8</sup>

Seria um grave engano, porém, descrever o radicalismo político como uma questão de saúde mental. Desde os atentados de 2001, nos Estados Unidos, o estudo do extremismo avançou muito, graças à necessidade de se entender o comportamento dos terroristas islâmicos. Uma das constatações é que a maioria dos radicais que se envolve em atos violentos não sofre de distúrbios psiquiátricos. A questão é realmente ideológica. Todo extremista, seja qual for sua afiliação política ou religiosa, caracteriza-se por: 1) acreditar que a humanidade pode ser corrigida e que forças

---

8. Schelp, 2022 (3 set.).

poderosas conspiram contra os detentores da verdade; 2) buscar obsessivamente a pureza ideológica; e 3) almejar a glória ou o reconhecimento dos pares.<sup>9</sup> Podemos olhar à nossa volta e pensar em pessoas que conhecemos que exibem esses três traços, mas que em outros aspectos da vida parecem razoavelmente equilibradas. Não são poucas, por certo. Por isso, não deveríamos jamais nos espantar diante da capacidade do ser humano de se radicalizar ou de aderir a ideologias totalitárias.

Mas o que significa ser radical ou extremista em termos da tradicional divisão entre esquerda e direita? Uma classificação muito utilizada é a que foi esquematizada pelo cientista político holandês Cas Mudde, da Universidade da Georgia, nos Estados Unidos. O campo da direita é dividido em extrema direita, direita radical, direita e centro-direita. À esquerda, a mesma coisa: extrema esquerda, esquerda radical, esquerda e centro-esquerda. A separar os dois lados está o centro político. Os moderados não estão confinados no centro: também podemos encontrá-los na esquerda, na centro-esquerda, na centro-direita e na direita.

Mudde caracteriza o extremismo, tanto à direita quanto à esquerda, como a rejeição à soberania popular por meio do voto, à ordem constitucional e, por extensão, à própria democracia. A extrema direita e a extrema esquerda, portanto, almejam a substituição de regimes democráticos por ditaduras. Exemplos atuais seriam movimentos neonazistas ou neofascistas, de um lado, e partidos comunistas ao estilo soviético, de outro.

Já o radicalismo político, na definição de Mudde, se caracteriza pela busca de mudanças aceleradas na sociedade e no sistema político e se opõe à noção de democracia

---

9. Schelp, 2019 (22 fev.).